



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre o posicionamento da França em relação ao Acordo de Associação Mercosul - União Europeia, considerando as recentes declarações do Presidente Emmanuel Macron e os boicotes promovidos por grandes empresas e corporações francesas, como o Carrefour, contra o agronegócio brasileiro, as pessoas abaixo:

- o Exmo. Sr. Emmanuel Lenain, Embaixador da França no Brasil;
- o Senhor Alexandre Bompard, CEO do Carrefour na França.

JUSTIFICAÇÃO

Em referência ao Requerimento nº 19, de 2024, apresentado nesta comissão pela Senadora Tereza Cristina, proponho a realização de uma audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de recebermos os convidados aqui indicados e debatermos as questões relacionadas ao setor agropecuário brasileiro e ao impacto das políticas comerciais internacionais.

Durante o encontro de líderes do G20 no Rio de Janeiro, o presidente da França, Emmanuel Macron, declarou que o país "não está isolado" em sua oposição ao estado atual do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul — bloco integrado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, cuja negociação teve início em 1999. Empresários europeus têm expressado preocupações quanto à concorrência



dos produtos agrícolas do Brasil e da Argentina, conforme noticiado pelo jornal O Globo.

Em complemento a essa postura, recentes boicotes promovidos por grandes empresas e corporações francesas contra produtos agropecuários brasileiros têm causado impactos significativos, afetando as exportações e a competitividade do setor.

Uma delas foi a carta enviada por Alexandre Bompard, CEO do Carrefour na França, ao presidente da Federação Nacional dos Sindicatos de Agricultores da França (FNSEA), Arnaud Rousseau. Nela, Bompard declarou que, “em solidariedade ao mundo agrícola”, o Carrefour não comercializaria carne proveniente do Mercosul.

Em resposta, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) lamentou a declaração, classificando-a como “infeliz e infundada”. A ABPA destacou que a argumentação apresentada pelo CEO do Carrefour é “claramente utilizada para fins protecionistas” e que ela reflete “uma visão equivocada de produtores locais sobre o necessário equilíbrio de oferta de produtos em seu próprio mercado”. A associação enfatizou ainda que bloquear produtos de regiões com maior capacidade produtiva e respeito ambiental, como o Brasil, pode resultar em maior pressão inflacionária e menor acesso a alimentos pelas classes menos favorecidas.

O Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil (MAPA) também rechaçou as declarações do CEO do Carrefour, reforçando a reconhecida qualidade, segurança e os compromissos ambientais dos produtos brasileiros.

O setor agropecuário, um dos principais pilares da economia brasileira, é responsável por milhões de empregos e pelo fortalecimento do comércio exterior. Essas ações unilaterais, desprovidas de justificativas fundamentadas, representam um risco não apenas à economia nacional, mas principalmente a estados como



Mato Grosso, líder na produção pecuária brasileira, com o maior rebanho e volume de abates do país.

É importante destacar o estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o qual aponta que a implementação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia traria benefícios significativos para o Brasil, incluindo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento de investimentos e ganhos na balança comercial. De acordo com o estudo, entre 2024 e 2040, o acordo poderia gerar um crescimento adicional de 0,46% no PIB brasileiro — equivalente a US\$ 9,3 bilhões, a preços constantes de 2023 — em comparação com o cenário de referência.

É essencial buscarmos esclarecimentos sobre as razões por trás das atitudes de empresas francesas, cujas alegações não refletem a realidade do agronegócio brasileiro, reconhecido mundialmente por sua competência, inovação e sustentabilidade.

Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento, urgente para a defesa dos interesses do setor agropecuário brasileiro e para que possamos, de maneira honesta e construtiva, resolver essa situação que, mais do que uma questão comercial, é uma questão de respeito e parceria entre nossos países.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2024.

Senador Wellington Fagundes
(PL - MT)

